

RENDA BÁSICA UNIVERSAL: NECESSIDADE OU INCOERÊNCIA?

Vitor Marques Rodrigues¹, Daniel Gibson de Castro Ho²

¹UFMG/DEST/ICEX,vmrodrigues505@gmail.com

²UFMG/EEFFTO,gibson744@gmail.com

Resumo: A Renda Básica universal consiste numa distribuição monetária periódica por parte do Estado a todos os cidadãos, sem exceção. A discussão sobre a coerência dessa proposta se estende ao longo das últimas décadas, e ganhou mais força após o início da pandemia da COVID-19. O objetivo do texto é apresentar uma discussão crítica sobre o assunto, numa visão econômico-social da realidade brasileira.

Palavras-chave: Oportunidade, desigualdade, equidade, meritocracia, economia

1. Introdução:

Ao longo do período renascentista, a tarefa de cuidar do bem-estar dos pobres deixou de ser exclusivamente da Igreja e da caridade, levando muitos humanistas a flertar com a ideia de uma renda básica como forma de assistência pública. Posteriormente, Thomas More¹ em seu livro Utopia parte I escreve sobre uma personagem que propõe o assistencialismo financeiro aos pobres como forma de combater a alta de roubos. Alguns séculos depois, em 1967, Martin Luther King Jr fala que uma renda garantida aboliria a pobreza e reduziria a desigualdade social. Mais à frente, vários outros projetos surgiram, como o do economista Milton Friedman que propôs o imposto de renda negativo, ou o plano de renda garantida exposto no livro “Fair Shot” do cofundador do Facebook, Chris Hughes.

Os exemplos anteriores demonstram que é possível perceber que a preocupação em reduzir a pobreza e a desigualdade social foi pauta de vários pensadores, e projetos visando auxílio financeiro aos pobres por meio de uma renda básica foram muito discutidos.

Um desses projetos que foi amadurecendo desde a Renascença é o da Renda Básica Universal (RBU)². A RBU é uma proposta em que cada cidadão, sem exceção, receberia dinheiro periodicamente sem nenhum requisito condicionado. O objetivo da RBU é



proporcionar mais segurança financeira aos cidadãos, reduzir a pobreza e a desigualdade social. Tal projeto ganha força no século XXI em que a pobreza e a desigualdade social cresceram muito e se agravaram também devido à pandemia da COVID-19.

O objetivo do presente artigo é discutir os pontos a favor e contra o projeto da RBU, analisando sobre a ótica social, econômica e política, gerando com isso um debate rico a respeito do tema.

2. Metodologia:

A metodologia utilizada para a pesquisa foi a de levantamento bibliográfico. Desse modo, o trabalho foi construído a partir de uma busca na literatura por materiais que pudessem embasar uma comparação justa entre os pontos positivos e negativos da RBU.

3. Pontos positivos:

3.1. Minimização dos impactos da automação

O acelerado desenvolvimento tecnológico e dos sistemas de inteligência artificial nas últimas décadas tem gerado uma verdadeira revolução em todos os setores da economia mundial. Essa revolução parte da maximização da produtividade e redução dos custos de produção por meio da automação dos postos de trabalho. Porém, os efeitos da redução ou até mesmo extinção desses postos de trabalho podem ter consequências sociais catastróficas³.

Considerando que os setores de base da economia comportam a esmagadora maioria dos trabalhadores formais e informais no Brasil, a substituição da mão de obra atual por robôs ou computadores poderá levar milhões de pessoas à miséria. Ou seja, acentuar ainda mais a desigualdade social e a concentração de renda.

Esse processo já ocorre, e tende a desamparar milhões de trabalhadores de todos os setores da economia, enquanto a concentração de renda se acumulará cada vez mais nos estratos sociais mais elevados. Nesse sentido, a ideia da renda básica universal figura como uma possível solução a curto prazo para contornar essa problemática



situação. A partir da taxaçoão dessas tecnologias ou mesmo das grandes indústrias de dados como Facebook e Instagram, seria possível oferecer uma proteção aos cidadãos. Assim, a transição entre a extinção dos postos de trabalho e a criação de novas ocupações poderá ser feita gradualmente, de modo a impedir o colapso do mercado de trabalho.⁴

3.2. Equidade:

Além dos problemas da automação dos postos de trabalho, é fundamental pontuar as disparidades socioeconômicas na grande maioria das nações ao redor do mundo. A constante exploração da mão de obra dos setores de base gera e tem gerado ao longo dos séculos uma concentração de renda descomunal, sobretudo em países como o Brasil.

Como reflexo, os estratos sociais mais marginalizados têm uma progressiva dificuldade de acesso a bens de consumo essenciais e não essenciais, infraestrutura de saneamento básico e até mesmo saúde. Apesar de existirem mecanismos assistencialistas, a abrangência dessa assistência ocorre de maneira homogênea. Realidades como a fome, trabalho análogo ao escravo e exploração do trabalho infantil são apenas um reflexo do acúmulo de riquezas.⁵

Nesse contexto, a existência de uma renda básica universal poderia garantir o princípio de equidade aos marginalizados da sociedade. Desse modo, seria possível buscar oferecer o mínimo para que a população viva com dignidade e, conseqüentemente, seria possível reduzir as discrepâncias monstruosas entre os diversos contextos sociais vigentes.⁴

4. Pontos negativos:

4.1. Alto custo:

Um Estado arrecada dinheiro principalmente por meio de impostos que são pagos pela população. Seu orçamento é destinado a prover segurança, educação e saúde aos seus cidadãos. Quando é necessário implementar um programa social, o dinheiro também vem desse orçamento.

O gasto com um programa social depende basicamente do quanto da população será



beneficiada e do valor transferido. Em se tratando da RBU, a população toda receberia o auxílio, gerando um alto custo para o estado⁶.

4.2. Ineficácia:

Muitas vezes o Estado não tem condições de arcar com um alto custo, logo o programa social só seria viável se o valor transferido a cada cidadão fosse baixo, haja vista que a RBU abrange toda a população.

Entretanto, é muito difícil tirar pessoas da pobreza e reduzir a desigualdade social (os objetivos da RBU) com um auxílio pequeno⁶.

4.3. Inflação:

A inflação⁷, de forma resumida, é o aumento do preço dos produtos. Ela pode ter causas diversas, mas uma delas é o aumento da demanda.

Com maior poder de compra (mais dinheiro), a procura por produtos aumenta (a demanda aumenta). Se os vendedores não conseguirem aumentar a oferta (colocar mais itens à venda) os preços aumentam, pois a escassez do bem o valoriza.

A RBU, por distribuir dinheiro, aumentaria o poder de compra da população momentaneamente, podendo causar inflação. Dessa forma, a longo prazo o padrão de vida não melhoraria.

4.4. Desincentivo do trabalho:

Há a possibilidade de que alguns cidadãos não busquem trabalho e se acomodem, se receberem uma renda sem requisitos. Afinal, o que muitas vezes faz as pessoas irem atrás de uma ocupação é a necessidade de dinheiro⁸.

5. Conclusão:

A necessidade de redução da desigualdade social num contexto mundial é indubitavelmente necessária. Nesse sentido, a RBU figura como uma possível solução, que não só catalisaria um processo de desconcentração de renda, como também seria



mecanismo de proteção frente à extinção dos postos de trabalho pela evolução tecnológica.

Entretanto, é importante ponderar a viabilidade e consequências da implementação desse mecanismo a curto e longo prazo. Dessa forma, os debates sobre o assunto têm extrema relevância, principalmente no atual contexto da pandemia da COVID-19 . Necessária ou incoerente, a renda básica universal tem que ser discutida, não apenas como possibilidade, como também pela efervescência de ideias que visam o desenvolvimento do ser humano enquanto ser social.





Referências

1. A short history of the Basic Income idea. **Basic income**, 2021. Disponível em: <<https://basicincome.org/history/>>. Acesso em: 28 de jul. de 2021.
2. ABOUT Basic Income. **Basic income**, 2021. Disponível em: <<https://basicincome.org/about-basic-income/>>. Acesso em: 28 de jul. de 2021.
3. CHAHAD, José Paulo Zeetano. Renda Básica Universal em Tempos de Pandemia: Subsídios Para o Debate1 (Parte I–História, Conceitos e a Experiência Internacional).
4. SOARES, Túlio Brião Barbosa. Renda básica universal como direito constitucional inerente à dignidade humana em face do desemprego tecnológico. 2020
5. QUEIROZ, Pedro Henrique Santos. Renda básica universal como programa para um novo reformismo: argumento a partir do caso brasileiro recente de conflito distributivo capital/trabalho. REVISTA CRÍTICA E SOCIEDADE, v. 8, n. 1, p. 35-56, 2018.
6. DUQUE, Daniel. Os pontos contra e a favor de uma renda básica para o Brasil. **Nexo Jornal**, 2020. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2020/Os-pontos-contras-e-a-favor-de-uma-renda-b%C3%A1sica-para-o-Brasil>>. Acesso em: 28 de jul. de 2021.
7. O que é inflação e como ela afeta sua vida. **Nubank**, 2021. Disponível em: <<https://blog.nubank.com.br/o-que-e-inflacao/>>. Acesso em: 28 de jul. de 2021.
8. Renda básica universal, seus prós e contras com exemplos. **Renda Básica**, 2019. Disponível em: <<https://rendabasica.com.br/renda-basica-universal-seus-pros-e-contras-com-exemplos/>>. Acesso em: 28 de jul. de 2021.